

## **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E ARTICULAÇÕES**

MELO FILHO, José Fernandes <sup>1</sup>

**RESUMO:** O Programa de Educação Tutorial (PET), criado em 1979, transformou-se, em seus 40 anos de existência, no mais inovador e eficiente programa de qualificação da formação acadêmica do ensino de Graduação brasileiro. Nessa impressionante trajetória o PET passou por muitas crises, venceu tentativas de extinção e foi avaliado diversas vezes. Essa linha do tempo pode ser dividida em fases, as quais precisam ser registradas como forma de reforçar as bases para as ações de construção do futuro petiano, sendo este o objetivo deste texto. O núcleo inicial do PET, formado por três universidades, cinco grupos e 15 estudantes, evoluiu e cresceu majestosamente transformando-se nos atuais 842 grupos distribuídos em 121 instituições de ensino superior públicas e privadas, com impressionantes indicadores de qualidade na melhoria dos cursos de graduação, qualificação das atividades acadêmicas, publicação de artigos científicos, realização de eventos, promoção da cidadania, e experimentação de atividades inovadoras de formação acadêmica.

**PALAVRAS – CHAVE:** Tutoria; PET; ensino; pesquisa; extensão.

## **TUTORIAL EDUCATION PROGRAM: COURSE, CHALLENGES AND CONNECTIONS**

**ABSTRACT:** The Tutorial Education Program, PET, created in 1979, became, in its 40 years of existence, the most innovative and efficient program of qualification of the academic formation of the Brazilian undergraduate teaching. In this impressive trajectory the PET went through many crises, won attempts at extinction and was evaluated several times. This timeline can be divided into phases, which need to be recorded as a way to reinforce

---

<sup>1</sup>Tutor do grupo PET Agronomia da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). E-mail: jfmelofilho@gmail.com.

the bases for the construction actions of the future the PET, this being the objective of this text. The initial core of PET, made up of three universities, five groups and 15 students, has evolved and grown majestically, transforming itself into the current 842 groups distributed in 121 public and private higher education institutions, with impressive quality indicators in the improvement of undergraduate courses , qualification of academic activities, publication of scientific articles, holding of events, promotion of citizenship, and experimentation of innovative activities of academic formation.

**KEYWORDS:** Tutoring; PET; teaching; research; extension.

### INTRODUÇÃO

Conforme a história registrada pelo professor Cláudio Moura e Castro (CASTRO, 200-) a inspiração inicial do atual Programa de Educação Tutorial surgiu de um contexto conjuntural no qual estava inserido o advogado Ivon Leite de Magalhães Pinto, professor de Economia Política da Escola de Direito de Belo Horizonte, a qual foi transformada em Faculdade de Economia e Administração (FEA) como uma das providências para a criação da Universidade de Minas Gerais. Administrador eficiente e visionário, o professor Ivon Leite desenvolveu sua ação de administração propondo uma série de inovações que resultaram em uma gloriosa trajetória para a jovem faculdade. Implantou salas para professores e alunos, montou uma excelente biblioteca e estabeleceu o regime de tempo integral para os melhores professores e também para alunos (CÔRREA; LEMOS, 2006). Importantes diferenciais, fruto de uma visão avançada, que tornaram a FEA uma escola de referência no ensino superior brasileiro.

Durante sua administração o professor Ivon Leite enfrentou e precisou superar muitas dificuldades, algumas de ordem financeira e, principalmente, posicionamentos contrários de professores da própria FEA, para implantar a sua mais revolucionária proposta acadêmica, denominada de "sistema de bolsas" (CÔRREA; LEMOS, 2006). Firme no objetivo de melhorar a formação dos discentes, contra muitas opiniões, escolheu os melhores alunos e formou grupos de seis estudantes, abrigando-os em uma sala, com presença

controlada, para estudarem em tempo integral, aos quais pagava uma bolsa de estudos de valor correspondente a um salário mínimo da época. As bolsas eram financiadas por um fundo de recursos oriundos da própria FEA, de três bancos: Comércio e Indústria; Minas Gerais; Crédito Real e uma indústria, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. A novidade das bolsas fez sucesso e tornou-se um atrativo para muito alunos, assim como também na atualidade.

O método inovador de ensino fomentou o surgimento de uma nova geração de profissionais com pensamento avançado e grau de autonomia didática diferenciados, os quais foram contratados pela própria instituição para renovar seu quadro de professores. As gerações seguintes de profissionais formados pela FEA, utilizando-se do novo modelo de ensino, compuseram uma geração de ouro com destaque reconhecido em suas ações profissionais e participação com honrosa em congressos e reuniões. Da mesma forma, a maioria era aprovada para ingresso em cursos de Pós-Graduação e conseguiam destaque frente aos melhores alunos de outras universidades consideradas de ponta, a exemplo da Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Rio de Janeiro (CASTRO, 200-).

Um dos egressos do programa de bolsas criado pelo professor Ivon Leite foi o professor Cláudio Moura e Castro, que a exemplo de muitos outros tornou-se docente. Moura e Castro perceberam que os alunos formados pelo "sistema de bolsas" eram diferenciados e começou a buscar experiências semelhantes em outros locais do mundo. Encontrou um programa similar, denominado de "*honors programs*" nos Estados Unidos, cuja filosofia pedagógica tinha como objetivo criar grupos distintos de qualidade acadêmica no âmbito do ensino médio e superior americanos com base no trabalho intensivo, dedicação exclusiva, desenvolvimento de habilidades acadêmicas com base em pesquisa, seminários, cursos e atividades extracurriculares (CÔRREA; LEMOS, 2006).

Convencido pela própria experiência, e pelos resultados que tinha observado, o professor Moura e Castro aproveitou a oportunidade de ter sido nomeado, em 1979, para a diretoria da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES) e implantou um sistema de bolsas para a formação qualificada de estudantes de graduação. Segundo ele, em um dos muitos artigos que escreveu sobre educação, quem deu o nome de PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO (PET) ao novo programa foram seus auxiliares, professores Ângela Santana e Marcos Formiga. Eles também mantiveram a filosofia do programa de bolsas do professor Ivon Leite, de seleção de estudantes diferenciados, da dedicação integral, do espaço físico reservado, da autonomia dos grupos e, talvez, na melhor inovação proposta, criaram a figura do Tutor. Surgia, aquele que se tornaria o maior e mais eficiente programa de formação complementar, desenvolvimento de habilidades, formação de líderes, qualificação da formação profissional no ensino superior brasileiro, com inclusão social e respeito à diversidade, único a efetivamente praticar, de forma indissociável a tríade ensino, pesquisa e extensão.

O Programa Especial de Treinamento (PET) foi criado oficialmente, em dezembro de 1979 pelo professor Cláudio Moura e Castro, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Núcleo inicial das instituições que abrigariam os grupos foi composto por três universidades, a saber: a Universidade de Brasília, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo. Segundo Moura e Castro (200-), foi criado também um grupo PET de Engenharia Florestal no Mato Grosso, pela novidade do curso. O objetivo seria a criação de um grupo de elite intelectual, por meritocracia simples e pura, em contraposição à massificação do ensino superior que ocorria no Brasil. Justificando-se na salvaguarda da qualidade do ensino, pretendia favorecer a formação de grupos considerados de elite, dedicados à pesquisa e ao estudo, cabendo ao Tutor estimular a aprendizagem ativa, através de vivências, reflexões e discussões informais, prevalecendo a cooperação no grupo. Acreditava-se que as atividades desenvolvidas dessa forma resultariam em uma formação de melhor qualidade quando comparada a dos alunos que cursavam a graduação tradicional, basicamente assistindo as aulas teóricas e práticas. Para os formuladores da nova concepção pedagógica um pequeno grupo de

alunos sob a orientação de um Tutor, favoreceria o envolvimento, a participação e a troca de ideias e experiências entre seus integrantes, possibilitando melhor acompanhamento do desenvolvimento do aluno por parte do Tutor.

Dessa fase inicial é possível listar algumas características que, apesar de questionáveis em alguns aspectos, foram importantes na caracterização da identidade do PET e, de certa forma, são até hoje fonte de influência no atual formato do programa. Assim foram características importantes dessa fase da gênese do PET, a sua concepção como alternativa emergencial para a melhoria do ensino de graduação brasileiro e a missão de formar quadros para ingresso na Pós-Graduação. Por conta delas o Programa passou a ser considerado elitista, meritocrático e academicista porque estava destinado para poucos

O núcleo inicial do PET, formado por três universidades, cinco grupos e mais ou menos 15 estudantes, evoluiu e cresceu extraordinariamente transformando-se nos atuais 842 grupos distribuídos em 121 instituições de ensino superior públicas e privadas, de âmbito federal, estadual e municipal. Nessa impressionante trajetória o PET passou por muitas crises, superou seus obstáculos, tentativas de extinção e foi avaliado diversas vezes. Essa linha do tempo pode ser dividida em fases (MARTIN, 2005), as quais devem ser registradas como forma de fornecer as bases para as ações de construção do futuro petiano, sendo este o objetivo deste texto.

#### A FASE EXPERIMENTAL: 1979 – 1985.

Após a criação, o ainda Programa Especial de Treinamento (PET), viveu sua fase inicial de funcionamento, denominada de fase de experimentação. Nessa fase formaram-se 20 grupos, com 201 bolsistas em 14 instituições de ensino superior. Como tudo ainda era muito novo os grupos foram formados, por convite direto da CAPES, em instituições de ensino que possuíam unidades de pesquisa e Pós-Graduação em desenvolvimento e com potencial para crescimento.

Ainda na fase experimental, a CAPES passou a discordar do PET, questionando os objetivos, a concepção pedagógica, a preparação para a Pós-Graduação e uma possível perda do caráter meritocrático. Chegou a questionar também a capacidade intelectual dos mentores do Programa e propôs o encerramento das atividades PET. Nesse contexto, buscando uma justificativa para sua intenção de fechar o Programa, a CAPES resolveu realizar uma avaliação do mesmo (CASTRO, 200-). Assim, com a certeza que teria os argumentos necessários para encerrá-lo, a CAPES realizou, internamente, em 1984, a primeira avaliação do PET. Nessa avaliação foram considerados os aspectos das condições do espaço físico, das atividades desenvolvidas, do desempenho dos estudantes nos grupos, do relacionamento tutor/bolsista, do desempenho escolar e da rotatividade dos bolsistas. Os resultados mostraram que o PET realmente apresentava alguns problemas, com destaque para o sistema de acompanhamento dos grupos, que era precário e informal. O PET também não tinha parâmetros normativos, a concepção filosófica era frágil e os grupos muito heterogêneos. Porém, surpreendentemente, a pesquisa revelou também que o PET resultava em significativa melhoria do desempenho acadêmico e formação diferenciada dos discentes envolvidos, assim como contribuía para superar as deficiências e melhorar os cursos de graduação aos quais estava vinculado.

Diante da inesperada realidade a CAPES decidiu manter o PET e investir na sua ampliação, utilizando os resultados da avaliação como subsídio para a elaboração de uma "Proposta de Reformulação do Programa Especial de Treinamento - PET". Foi a primeira sobrevivência frente a uma avaliação cujo objetivo era provar a inviabilidade do Programa. Esse também foi o marco final da fase de experimentação.

#### A FASE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: 1986 – 1989

Com os subsídios da avaliação realizada durante a fase experimental e elaboração da proposta de reformulação, a CAPES triplicou o número de grupos, aumentou em 60% a quantidade de Instituições de Ensino Superior

(IES) e estabeleceu a responsabilização das mesmas na gestão do PET. Nessa fase o programa PET foi alocado para ser gerenciado pela Coordenadoria de Bolsas no País – CBP, que realizou um trabalho de conscientização da importância da aproximação dos grupos com as Pró-Reitorias de Pós-Graduação visando implantar um formato de institucionalização que viabilizasse a expansão mas sem prejuízo para o gerenciamento do Programa. Outra premissa estabelecida nesta fase foi a intenção de superar o estigma elitista atribuído pela concepção originária do PET, a qual já se configurava como uma das características de reconhecimento dos petianos no âmbito das instituições de ensino, quase sempre em sentido pejorativo. Outra conquista estabelecida nesta fase foi a cristalização da concepção filosófica do PET como programa de qualificação do ensino de graduação.

A institucionalização do PET foi oficializada com o lançamento do Manual de Orientações Básicas (MARTIN, 2005). Este documento estabeleceu o número máximo de doze alunos por grupo. O manual também previa a elaboração semestral do planejamento e do relatório de atividades de cada grupo, que deveriam ser enviados às Pró-Reitorias de Pós-Graduação de cada IES e à CAPES, para posterior avaliação. Nesta fase, foram implementadas as coordenações de área de conhecimento, as quais eram coincidentes com aquelas definidas pelo Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq. Os integrantes das áreas foram professores convidados pela CAPES, que desempenhavam a função de Consultores do Programa e eram considerados elementos essenciais para o equilíbrio na condução pedagógica do PET (DESSEN, 1995).

#### A FASE DA EXPANSÃO DESORDENADA: 1990 – 1992

Após a institucionalização a CAPES resolveu expandir a abrangência do PET via aumento significativo do número de grupos. Nessa fase, denominada de expansão desordenada, que durou de 1990 até 1992, ocorreu o fortalecimento da institucionalização dos grupos nas Universidades e o número de grupos PET saltou de 77 para 237. O Manual de Orientações Básicas, MOB, foi editado e publicado, assim como foram estabelecidas a

idade máxima de 22 anos para ingresso no programa e o limite mínimo de dois e máximo de quatro anos para permanência do bolsista no programa. Outra importante decisão foi a implantação do prêmio de uma bolsa de Mestrado para o bolsista que se destacasse nas atividades petianas em seus respectivos grupos. A CAPES criou também a figura do "professor visitante recorrente", que teria atividades junto a grupos de outras instituições, além do fortalecimento da institucionalização do Programa dentro das Universidades. Porém, apesar dos aspectos positivos da expansão realizada pela CAPES, o planejamento da mesma foi precário e resultou em muitos problemas para o PET, dentre os quais as dificuldades operacionais para o funcionamento do Programa e a falta de critérios para a seleção dos novos grupos, o que, apesar do crescimento numérico, resultou em redução da abrangência. Outro problema foi a não realização das avaliações por dois anos (1990 e 1991), que só voltaria a ser realizada em 1992, com uma nova e benéfica visão, visto que passou a ser utilizada como mecanismo de salvaguarda dos princípios e objetivos do PET.

#### A FASE DA CONSOLIDAÇÃO: 1993 – 1994

Superada a fase de dificuldades determinadas pela expansão desordenada ocorrida nos anos de 1990/1992, o Programa Especial de Treinamento viveu uma fase de reorganização, a qual foi denominada por Martin (2005) como de consolidação. Esse foi um período decisivo de recuperação do PET, no qual a CAPES resolveu restabelecer os indicadores de produtividade e qualidade do desempenho dos grupos determinando que os mesmos ajustassem seus planejamentos e ações à concepção filosófica e aos objetivos do PET. Nessa fase, o Programa foi reorganizado, as coordenações de área foram reativadas, grupos com desempenho insuficiente foram fechados e novos grupos foram abertos. Todo esse processo, importantíssimo para o PET, foi comandado pela professora Maria Auxiliadora Dessen, que ocupou por duas vezes a gestão do Programa Especial de Treinamento na CAPES, a primeira entre 1984 – 1990, cuja atuação foi,

talvez, a maior fonte de fortalecimento do programa para a resistência que estava por vir, ante as mudanças políticas determinadas pela eleição presidencial e, conseqüente, mudança de ministro da Educação, assim como dos gestores da CAPES e da própria Coordenação do PET.

A fase de consolidação deixou como legado a priorização no aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento dos grupos, melhorias significativas na gestão do programa, ajuste e correção das ações dos grupos que destoavam da filosofia do programa, fechamento de 32 grupos e o estabelecimento de critérios de seleção para os interessados em ingressar no PET.

#### A FASE DA DESESTRUTURAÇÃO: 1995 – 1997

Em 1994 o Brasil elegeu o presidente Fernando Henrique Cardoso com base em um discurso de forte conotação neoliberal, o qual tinha como premissas básicas a diminuição do estado, privatizações, austeridade fiscal, diminuição de subsídios e liberação do mercado. O trio formado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo Ministro da Educação Paulo Renato de Souza e pelo presidente da CAPES, Abílio Baeta Neves, foram os responsáveis pela aplicação dos princípios do neoliberalismo na proposta de reforma do estado brasileiro para a educação. Sua missão principal seria excluir a educação das funções de estado, a qual começaram com um forte corte de recursos a serem aplicados no ensino superior brasileiro.

Especificamente sobre o PET, o professor Abílio Baeta, considerou que o Manual de Orientações Básicas não refletia a nova visão da CAPES sobre o Programa, determinando uma série de providências para redução de custos justificadas pela necessidade de ajustes econômicos do governo neoliberal. O número de bolsas por grupo foi reduzido de 12 para 6, extinguíram-se as bolsas para professor visitante e tutores, suspendeu-se o custeio dos grupos e acabaram-se com as bolsas de Pós-Graduação para os melhores petianos. Nessa época ocorreu a sinalização da possível extinção do Programa PET sob a alegação de que não cabia a CAPES manter um Programa voltado para o

ensino de graduação, que era considerado caro, de alcance limitado e ineficiente.

Certos de que conseguiriam justificar a extinção encomendaram, em 1997, uma avaliação do PET ao Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior da Universidade de São Paulo (NUPES/USP). O estudo foi coordenado pela professora Elizabeth Balbachevsky e os resultados foram publicados em 1998 (BALBACHEVSKY, 1998). A coordenação da pesquisa focou seus esforços no mapeamento das contribuições do Programa para os cursos de Graduação na ótica dos professores e alunos onde existiam PET e nos possíveis indicadores de qualificação das atividades acadêmicas resultantes da ação petiana em relação as atividades acadêmicas dos alunos de graduação não-bolsistas do PET. O trabalho foi amplo, pois entrevistou 298 professores, sendo 59 tutores, 119 colaboradores do PET e 120 sem vínculo com o PET. Dentre os discentes foram entrevistados 715 indivíduos, dos quais, 356 bolsistas PET, 83 bolsistas de iniciação científica (PIBIC) e 276 não bolsistas. Os resultados foram surpreendentes.

De acordo com a pesquisa coordenada por Balbachevsky (1998) o PET proporcionava aos seus bolsistas formação mais abrangente, revelando expressivo aproveitamento das atividades acadêmicas e maior envolvimento na Graduação, principalmente quando comparado aos participantes de programas de iniciação científica: “67,3% dos alunos PET frequentavam mais de 90% das aulas ministradas, contra 48,2% dos bolsistas de IC e 42,2% dos alunos não-bolsistas” (BALBACHEVSKY, 1998).

Além do envolvimento nas atividades de ensino, o resultado da avaliação destacou a maior participação do estudante do Programa PET também nas atividades de extensão e pesquisa. Outro destaque revelado foi a estreita relação das ações do Programa com a melhoria da qualidade dos cursos, destacando-se que o efeito positivo é tão mais relevante quando há maior integração entre o grupo PET e o seu entorno: “O principal instrumento de interação entre o grupo PET e seu entorno institucional são

as atividades extracurriculares por ele desenvolvidas e/ou apoiadas” (BALBACHEVSKY, 1998).

Balbatchevsky (1998) verificou ainda que os petianos, em relação aos outros grupos, formados por pibiquianos e demais alunos, frequentavam mais as aulas, tinham média superior, liam mais de 90% dos textos obrigatórios das disciplinas, participavam de mais de cinco atividades extracurriculares, apresentavam mais de três trabalhos em eventos e tinham produção científica muito superior ou percentagem muito baixa de alunos sem publicação. Outros resultados da mesma pesquisa mostraram também que os petianos eram mais estimulados a participar das atividades de seus cursos, com maior índice de frequência as aulas, envolvimento e participação em atividades acadêmicas, aspectos em que os alunos de IC não se diferenciaram dos alunos não bolsistas.

Mesmo sendo muito positivos a CAPES considerou os resultados da pesquisa realizada pela professora Elizabeth Balbatchevsky insatisfatórios e instituiu uma nova comissão, para realizar outra avaliação, ainda em 1997. A nova comissão foi formada por seis professores, sendo três representantes das áreas de conhecimento da CAPES e três avaliadores externos. Nesta avaliação foram visitadas 16 instituições de ensino e 144 grupos PETs, alcançando 45% dos grupos do programa PET. A nova comissão selecionou quatro eixos fundamentais para uma avaliação qualitativa das atividades petianas. Assim, foram consideradas questões relacionadas com o ensino de graduação, ações de pesquisa, de extensão e o impacto da ação do PET na grade curricular dos cursos. Para essas questões foram atribuídos conceitos de: deficiente, regular, bom, muito bom, excelente. Esse trabalho confirmou os resultados da pesquisa anterior e ainda resultou na indicação de outras conclusões sobre os relevantes efeitos positivos das ações do PET.

Segundo os resultados, registrados em um documento interno entregue para a CAPES pela comissão especial que realizou a nova avaliação, o PET era “o único programa institucional da educação brasileira voltado para a graduação que trabalhava no formato de grupo interdisciplinar ancorado

em alunos e professores”. Identificaram também que, no sistema educacional brasileiro, o PET era o único programa, que passava por avaliação institucional. Outra conclusão revelou que o PET era um programa fundamental para a implementação de ações voltadas para a comunidade externa à Universidade, principalmente aquelas destinadas para o ensino médio e fundamental. Segundo eles, no PET os bolsistas desenvolviam a cidadania, aprendiam a organizar e a conduzir eventos acadêmicos com objetivos de promover oportunidades para o debate de questões da atualidade e a buscar soluções para as demandas da comunidade externa.

Outros aspectos apontados no relatório da comissão de avaliação indicaram que o PET se configurava, na esfera educacional, como um dos mecanismos mais eficazes de melhoria do ensino de graduação e tinha grande relevância na integração entre alunos e professores não vinculados ao programa. Registraram a identificação de significativa contribuição para a integração dos alunos ao ambiente institucional da faculdade, na utilização da estrutura curricular como suporte a continuidade dos estudos em nível de Pós-Graduação, no estímulo à autonomia dos alunos e na implementação de ações voltadas para a comunidade externa principalmente na educação básica.

Mesmo com os resultados extremamente favoráveis da avaliação externa, os três gestores, presidente Fernando Henrique Cardoso, ministro Paulo Renato de Souza e o presidente da CAPES Abílio Baeta Neves não se deram por satisfeitos e no dia 01 de março de 1999 a CAPES emitiu o ofício circular 030/99 para todas as Instituições de Ensino Superior do país determinando o fim das atividades do Programa Especial de Treinamento e o encerramento de suas atividades até 31 de dezembro de 1999.

#### A FASE DA RESISTÊNCIA: 1999 – 2000

Na época da decisão da extinção o PET já tinha uma abrangência grande. Eram 317 grupos, localizados em 59 Instituições de Ensino Superior, com 3.556 bolsistas de graduação e 157 bolsas PET de ingresso na Pós-

Graduação (BELAU-ROQUE, 2012). A decisão da extinção revelou uma faceta que ainda não havia sido percebida, que seria a capacidade de mobilização e o fomento ao surgimento de lideranças positivas no âmbito da educação superior brasileira.

A iminência da extinção e morte anunciada pela a emissão do ofício da CAPES, resultou em uma série de reações da comunidade petiana iniciando o que podemos denominar de fase da resistência, caracterizada pela intensa mobilização política e pela criação de uma lista de discussões na internet, denominada de PETBR. A reação e a mobilização foram lideradas pelos tutores na época: Dante Augusto Barone, Carlos Cordeiro Costa e Marcos César Danhoni Neves, que comandaram uma brava resistência à nefasta intenção de extinção do PET.

Em todo este processo de mobilização ocorreram intensas manifestações e audiências públicas, apoios formais de sociedades científicas de importância, matéria em jornais impressos, televisão e material radiofônico. Foram emitidas centenas de moções de apoio de inúmeras instituições de respeito social a exemplo da SBPC, ANDES, UNE, ANDIFES, ABRUEM, ABRUC, FORGRAD e ANPG. Todas essas manifestações foram reforçadas por um apoio suprapartidário do Congresso Nacional à causa da manutenção do PET. Por conta desse apoio grupos de representação do PET foram acolhidos pelas Comissões de Educação da Câmara e do Senado Brasileiro e muitas discussões foram realizadas no sentido da manutenção do PET, o que significou uma sinalização muito forte para o MEC e a CAPES sobre as dificuldades que eles teriam para concretizar o então desejo de excluir o Programa.

Essa mobilização, foi um dos movimentos de mais legítimos da sociedade brasileira para conquistar seus direitos. Por sua grandeza e legitimidade resultou na maior conquista do PET em sua história, pois no dia 11 de novembro de 1999 o governo brasileiro recuou e assinou o ofício circular 13.300/MEC/SESu, suspendendo a decisão de encerrar as atividades do PET, vinculando-o à Secretaria de Ensino Superior (SESu), sob a

responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior (DEPEM). Segundo Martins (2007) a passagem do PET para o DEPEM resultou na dinamização do vínculo acadêmico administrativo com as Instituições de Ensino Superior, tendo em vista que os grupos foram alocados nas Pró-Reitorias de Graduação, assentando o PET no meio universitário como um programa próprio e indissociável do ensino de Graduação, o que possibilitou o diálogo da SESu com os representantes nacionais do programa, sendo isso determinante para flexibilizar as posições e reestabelecer a confiança mútua entre o MEC e os Tutores e bolsistas do PET.

Apesar de ter recuado, o MEC não desistiu de sua intenção. Assim, em maio de 2000, o Ministério da Educação voltou a anunciar um novo desejo de extinção do PET. Porém, a mobilização ainda era muito firme e consistente. A comunidade petiana voltou a se manifestar e em novembro de 2000 conseguiu realizar outra audiência pública na Comissão de Educação do Senado Brasileiro. Nessa audiência ocorreu um fato de extrema importância para o futuro do Programa. Diante da pressão do evento o secretário da SESu, Antônio Macdowell Figueiredo, admitiu que a extinção do PET era fruto de um desejo individual e exclusivo do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Como consequência ele foi demitido. Todo esse processo de resistência resultou em uma mediação da Câmara dos Deputados para que o PET fosse mantido em seu formato original, inaugurando uma fase, a qual podemos chamar de transição, cujo marco pode ser atribuído a primeira reunião de uma comissão de reestruturação do PET, ocorrida em 11 de novembro de 1999 (MARTIN, 2005).

#### A FASE DA TRANSIÇÃO: 2000 – 2003

A decisão pela reestruturação inaugurou o início de uma fase efêmera, a qual podemos denominar de fase da transição, que durou apenas três anos. Nessa fase o PET já se encontrava na Secretaria de Ensino Superior do MEC, que apresentou suas propostas de reestruturação em um documento

denominado de “Programas de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior” (Martin, 2005), cuja implementação significaria um outro grande golpe no Programa. As modificações propostas foram as seguintes: cada grupo seria composto por apenas 7 bolsistas; as atividades não englobariam mais ensino, pesquisa e extensão; o objetivo do PET seria apenas melhorar a graduação, cobrindo somente os cursos de licenciatura; excluía Universidades particulares e o tempo de permanência de cada bolsista no Programa se limitaria a 1 ano. Evidentemente que, com a maturidade histórica já adquirida, a comunidade petiana rejeitou as propostas, mantendo-se a luta pela manutenção do PET em seu formato original.

Talvez uma das razões das conquistas alcançadas pelo PET até então tenha sido o caráter suprapartidário das lutas empreendidas pelos petianos, condição que viabilizou a primeira tentativa de transformar o Programa em uma política pública de educação, com a apresentação do Projeto de Lei número 4628/2001 instituindo o PET como programa educacional permanente.

Com a saída de Antônio Macdowell Figueiredo e a entrada da professora Maria Helena Guimarães na SESu e, posteriormente, com o retorno da professora Iguatemy Lucena Martins, ocorreu uma melhoria nas relações entre a comunidade petiana e o MEC, o que resultou em desejável avanço das ações de consolidação do Programa e importantes definições para atendimento das demandas existentes. Realizou-se o I SEMINÁRIO NACIONAL DO PET e regularizou-se o pagamento das bolsas, que estavam suspensas há mais de dois anos.

No final desse período a Secretaria de Ensino Superior (SESu), aprovou o novo Manual de Orientações Básicas (MOB), e publicou uma série de portarias com as diretrizes do Programa, dentre as quais a que instituía a importantíssima Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação do PET. Outra consequência foi o surgimento de emendas parlamentares no orçamento da união destinadas a provisão de recursos para a manutenção do PET e pagamento das bolsas

### FASE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: 2004 - 2005

Vencida a fase da transição, como consequência da melhoria das relações com MEC, foi possível iniciar outra fase, que embora curta, também trouxe mudanças importantes para o PET, pois foi o período no qual o MEC fez a publicação de todos os regulamentos definidores do funcionamento administrativo, de avaliação, do acompanhamento e da unidade nacional do PET.

A primeira grande modificação foi conceitual e filosófica, pela mudança de nome que passou a ser denominado de Programa de Educação Tutorial, tornando-se a tão almejada política pública de educação com proposição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aprovação no Congresso Nacional, da Lei 11.180/2005, que entre outras providências instituiu o Programa de Educação Tutorial. A lei 11.180/2005 foi regulamentada pela Portaria 3.385/2005.

Essas ações envolveram também a criação do Conselho Superior do PET, o qual passou a ser responsável pela gestão do Programa para, junto com a Comissão Nacional de Avaliação, formada por docentes de diferentes áreas de conhecimento, garantir maior envolvimento da comunidade universitária e mais transparência ao Programa. Da mesma forma, foram determinadas as regras de complementação do número de integrantes de todos os grupos existentes na época, para, no máximo 12 alunos.

Outro destaque foi a realização do primeiro estudo de egressos, realizado por Dias et al. (2009). Esse estudo foi iniciado no final de 2005, por iniciativa da SESu, com anuência e recomendação da Controladoria Geral da União, com o objetivo de gerar indicadores da eficácia, impacto social e acadêmico do Programa PET, através da identificação, sistematização e análise da inserção profissional dos seus egressos. Foram entrevistados 2.947 egressos em 26 estados da federação, oriundos de 53 instituições de ensino superior, que residiam em 439 diferentes municípios brasileiros e 16 países distintos. Seus resultados foram de extrema relevância. Verificou-se

que mais de 86% dos egressos do PET tinham pelo menos o Mestrado, 64,5%, inseriram-se no mercado, 93,5% continuaram na mesma área de formação, aproximadamente 45% deles no setor privado e 45% no setor público e o restante como autônomos ou no terceiro setor (Dias et al., 2009).

Os dados coletados por Dias et al. (2009) apontaram que 61,1% dos egressos concluíram o curso no tempo previsto para a titulação ingressando diretamente no mercado de trabalho. Mais de 80% dos egressos registraram que tiveram envolvimento em atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais, segundo eles, tiveram muita contribuição para sua formação profissional e inserção na Pós-Graduação. Outro destaque foram as respostas para as questões relativas à competência técnica, liderança, criatividade, trabalho em equipe e capacidade de lidar com situações complexas. Para os egressos a experiência petiana foi muito significativa para o desenvolvimento de habilidades para liderar e lidar com situações desafiadoras.

Quanto ao rendimento acadêmico, Dias et al. (2009) registraram que 80% dos egressos informaram que a exigência de manter elevado rendimento acadêmico levou-os a estudar mais e ampliar seu domínio de conhecimento das disciplinas, assim como a obrigação de realizar ações da tríade ensino pesquisa e extensão, indiretamente, resultou em ampliação da visão para entender melhor o seu curso de graduação. Por fim, no PET os egressos registraram que vivenciaram situações que na vida profissional os ajudam a atuar diante dos problemas sociais e na busca de soluções adequadas para as diversas realidades que encontram e que precisam de soluções. Para eles foi possível desenvolver compromissos com a realização de ações voltadas para a promoção social e a garantia de valores éticos, democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social.

#### FASE DE EXPANSÃO: 2005 – 2010

Vencida a fase de institucionalização e conseqüente fortalecimento, juntamente com um novo e favorável cenário político foi possível realizar grande expansão do Programa de Educação Tutorial, cuja conseqüência foi a

criação de 427 novos grupos. Essa expansão foi realizada pela publicação dos editais 03/2006; 04/2007; 05/2008 e 05/2009. A nova expansão foi realizada com base em duas decisões. A primeira foi a estratégia de seleção de novos grupos para atender demandas específicas de meio ambiente, saúde, desenvolvimento de software e desenvolvimento urbano. A segunda foi o retorno das avaliações sistemáticas. Após essa expansão, de forma planejada, estados da federação que ainda não contavam com grupos PET foram contemplados e o PET passou a ter grupos distribuídos por praticamente todo o território nacional ganhando agora a verdadeira abrangência no país.

#### FASE DE RESTRUTURAÇÃO: 2010 – 2017

Com as novas bases de investimento no PET a SESu implementou uma série de ações de consolidação das mudanças até então realizadas, iniciando em 2010 uma fase que podemos denominar de reestruturação. Foi nessa fase que ocorreu o último grande processo de expansão do programa PET e uma série de alterações em sua concepção filosófica pedagógica.

A primeira grande mudança foi a determinação de recepção dos grupos do Programa Conexões do Saberes, um projeto muito interessante que tinha cumprido seu tempo de existência e tentava continuar como ação de política pública de inclusão. Em seu início essa fusão não foi um processo tranquilo. O Conexões tentava manter sua identidade, questionando e tentando alterar muitos dos princípios do PET, que por sua vez resistia de investidas de absorção e mudança conceitual. Felizmente essas diferenças iniciais foram superadas, o que resultou em uma relação de simbiose que transformou e melhorou muito a ação do Programa de Educação Tutorial. Nessa oportunidade foram criados os PETs interdisciplinares e mantidos os tradicionais vinculados a cursos específicos de graduação.

Também foram estabelecidos os marcos legais de funcionamento definidos pelas Portarias 976/2010 e a 343/2010, definindo, entre outras importantes mudanças, o tempo de tutoria, que passou a ser de seis anos

com uma renovação automática da bolsa após três anos de exercício, mediante emissão de um relatório para avaliação pelo CLAA e a seleção de tutores em processo seletivo por edital aberto a cada seis anos. Segundo o MEC, a mudança objetivava possibilitar uma renovação de tutores para disseminação do modelo entre os docentes das universidades.

O sistema de gerenciamento também foi aperfeiçoado com a criação do SIGPET em substituição ao SIGPROJ, plataforma de gestão adaptada que era alvo de muitas críticas dos Tutores por se mostrar inadequada para as características do PET. O SIGPET melhorou a gestão, embora ainda seja necessário evoluir nos aspectos dos registros de planejamento e relatório de atividades.

Ainda nesse período ocorreu também o último edital para seleção de novos grupos, que foi lançado em 2012. Outra ocorrência foi a suspensão das avaliações sistemáticas, o que significou uma perda muito grande, tendo em vista que até 2019 o processo não voltou a ser realizado, mesmo com os esforços que foram feitos para a elaboração do novo Manual de Orientações Básicas e concepção de um sistema de avaliação específico para o PET.

O novo sistema de avaliação foi concebido em parceria com o INEP e traz em sua concepção básica a incorporação de uma série de demandas da comunidade petiana, dentre as quais a de funcionar como instrumento de aperfeiçoamento da ação dos grupos sem conotações de comparação ou punição.

Foi nessa fase que o PET assumiu sua dimensão atual formada por 842 grupos em 121 instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais, públicas e privadas, com 9.348 estudantes e a aplicação de R\$ 6.730.560,00 em custeio, R\$ 44.870.400,00 em bolsas para tutores e R\$ 18.696.000,00 em bolsas de discentes.

EDUCAÇÃO TUTORIAL: OS DESAFIOS E AS ARTICULAÇÕES.

Em sua bela trajetória o PET superou dificuldades e venceu várias tentativas de extinção. Conseguiu transformar suas agruras em oportunidades de crescimento e aperfeiçoamento graças não só a qualidade da formação que realiza, mas principalmente pela capacidade de manter-se mobilizado e em permanente compromisso com seus princípios, os quais sempre foram a prioridade de todos que se dedicaram e dedicam a causa da educação tutorial.

A defesa do PET é tão importante que surgiu no seio das atividades petianas um movimento denominado de MOBILIZA PET, cuja missão é fomentar e manter os petianos em estado permanente de mobilização para enfrentar todas as dificuldades que possam surgir no curso da história recente do Programa. Esse movimento começou em 2005 e já conseguiu formar uma unidade nacional na luta pelos direitos do PET, sem perda da diversidade e na defesa da educação com base nas relações tutoriais, ação coletiva, exercício da tríade ensino, pesquisa e extensão, dialógica e participativa.

Porém, se a mobilização já está mantida existem outros grandes desafios que precisam de atenção para que a trajetória do PET possa seguir seu caminho histórico de qualificação da formação de jovens no ensino superior brasileiro. Um deles é a necessária sensibilização dos gestores das instituições de ensino superior para que se comprometam com a defesa dos princípios da educação tutorial e assumam os compromissos institucionais de fornecimento de estrutura e apoio para abrigarem grupos PET. Outros grandes desafios são os seguintes:

**RESPONSABILIDADE PETIANA** As relações horizontais estão entre os principais pressupostos da educação tutorial, o que implica em mesmo grau de responsabilidade, direitos e deveres entre tutores e bolsistas quanto ao atendimento das demandas do Programa. Uma delas é a participação nos eventos do PET. Por isso, é preciso desenvolver ações, mecanismos de cobrança e responsabilização sobre a necessidade de envolvimento e participação do Tutores e bolsistas nos eventos do Programa.

Como metodologia de ensino a educação tutorial para ser exercida precisa de convincentes compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais, cuja prática do exercício da tutoria requer efetivo acompanhamento e orientação sistemáticas dos discentes, sendo necessário, senão obrigatório, que o Tutor também conheça e esteja comprometido com a filosofia pedagógica do Programa para que não transforme o grupo em uma simples extensão de suas atividades de pesquisa ou de auxiliar de suas atividades de interesse pessoal, fazendo um esforço diário para evitar a imposição de suas crenças e valores. Como não existe perfil pronto de tutor, sua construção depende da inserção do docente nas atividades desenvolvidas, da troca de experiências com outros tutores, do enfrentamento dos problemas do grupo, do respeito à expressão democrática das opiniões e construção coletiva do planejamento e execução das atividades. Para isso, o Tutor precisa participar e estar permanentemente envolvido nas atividades petianas. Precisa ter identidade com a filosofia tutorial, o que só conseguirá se participar dos encontros institucionais, dos regionais, do nacional.

**RESGATAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO:** No PET as avaliações sempre resultaram em processo de aperfeiçoamento. Foi a partir delas que o Programa sobreviveu e revelou sua importância educacional, seus diferenciais pedagógicos e relevantes resultados. As avaliações também funcionam como auditorias necessárias para ajustes de grupos e petianos cujas ações estejam fora dos limites da identidade petiana. Muito esforço foi realizado na concepção de um sistema de avaliação especialmente desenvolvido para o PET cuja aplicação precisa ser agilizada com urgência. Nesse sentido, será preciso não só a cobrança sistemática, mas, sobretudo, a intensificação da mobilização para que o MEC possa finalmente entender a urgente necessidade de disponibilizar o sistema de avaliação para uso, a bem do Programa.

**INSTITUCIONALIZAR OS PROCESSOS SELETIVOS:** Uma das principais conquistas do PET foi a homogeneização dos seus processos e princípios via Portarias 976/2010 e 343/2010, condição que garantiu a identidade nacional do Programa. No entanto, as novas regras definidas

durante o processo de institucionalização com a atribuição de novas e importantes funções para o CLAA e a descentralização de ações, resultaram em muitos problemas, especialmente relativos a processos seletivos de discentes e Tutores. O fato é que a heterogeneidade de formação de muitos membros dos Comitês Locais de Acompanhamento e Avaliação (CLAA), tem dificultado o entendimento das premissas conceituais do PET, o que, associado ao viés personalista de muitos gestores das Pró-Reitorias de Graduação, tem contribuído para a ocorrência de sérias deformações na execução de muitos processos seletivos de tutores e, até mesmo, das renovações das bolsas previstas na legislação. Normas constantes das Portarias foram desrespeitadas, vontades autocráticas foram impostas e muita injustiça foi cometida nos processos seletivos, tornando-os desgastantes e com vários vícios que só puderam ser expurgados em processos judiciais. Tal situação exige a normatização bem mais explícita no sentido de garantir que a motivação para o exercício da tutoria seja a filosofia da educação tutorial e não apenas a possibilidade de conquistar uma bolsa acadêmica, contando muitas vezes com fatores associados as preferências pessoais.

#### **REGISTRO DAS CONTRIBUIÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS**

**DO PET:** Em algum momento do futuro próximo, como já aconteceu no passado, o Programa de Educação Tutorial será cobrado em seus resultados, seja para questioná-lo, seja para tentar reformulá-lo ou mesmo extingui-lo. Para enfrentar esse penoso momento, que virá, o PET precisa se preparar com informações quantitativas e qualitativas sobre as suas contribuições para a melhoria dos cursos de graduação, redução da retenção, da evasão e qualificação das atividades acadêmicas complementares. Precisa também contabilizar suas ações no exercício da tríade ensino, pesquisa e extensão, promoção da cidadania, redução das desigualdades, defesa prática da equidade de gênero e experimentação de atividades inovadoras de formação acadêmica. Reunir e sistematizar essas atividades comparando-as com os universos dos outros programas de bolsas e dos não bolsistas é uma necessidade estratégica que não podemos mais adiar sob pena de nos

tornamos vulneráveis a entendimentos e desejos desvinculados da qualificação do ensino superior brasileiro. Nossa dificuldade para realizar tal ação está na coordenação da mesma, visto que a SESu, atualmente, não parece ter esse compromisso ou mesmo a intenção de realizá-la. Também não encontramos essa condição nos CLAAs, que têm dificuldades em realizar com eficiência suas funções. Por isso, essa demanda poderia ser uma ação resultante de iniciativa da Comissão Nacional de Avaliação, cuja convocação o MEC tem se recusado a fazer, restando apenas a CENAPET para realizá-la como legítima representante legal da comunidade petiana.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de 40 anos, a história e trajetória do Programa de Educação Tutorial reafirmam a vocação deste maravilhoso Programa, cuja grande virtude está no fato de não se acomodar pelo sucesso alcançado, mas, em uma saga sem igual, utilizar sua tradição como elemento de responsabilidade para apresentar-se moderno, dinâmico e inovador, capaz de continuar cumprindo sua missão de contribuir para melhorar a qualidade do ensino de graduação brasileiro.

Neste contexto a história de 40 anos de existência é o registro de uma trajetória de êxitos e contribuições positivas de um grupo social, professores e estudantes, para a consolidação de um modelo de educação inovador, capaz de transformar a educação formal brasileira. Escrever sobre essa trajetória, poder refletir sobre ela e exercitar a ousadia de propor caminhos e articulações foi uma honrosa missão realizada com o objetivo de ofertar uma contribuição para que as novas gerações de Petianos possam dispor de um texto, cujo mérito está no fato de reunir os registros que estão nos documentos dos diversos autores utilizados como referência para a elaboração deste texto, sem quais não seria possível gestar este documento.

### REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, E. **O programa especial de treinamento – PET/CAPES- e a graduação no ensino superior Brasileiro**. Boletim Informativo, v. 6. n.2. p.6 – 23. 1998.

BALAU-ROQUE, M. M. **A experiência no Programa de Educação Tutorial (PET) e a formação do estudante no ensino superior**. 2012. 119p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP, Campinas / SP.

CASTRO, Cláudio de M. **O PET visto por seu criador**. [S.l.: s.n., 200-]. En saio. Disponível em:<http://www.petma.ufsc.br/arquivos/artigo.doc>>. Acesso em: março. 2005.

CORRÊA, A. F.; LEMOS, C. B. **Pet: a gênese do programa de educação tutorial**. In: Encontro Nacional de Grupos PET- ENAPET, 11. 2006, Florianópolis. Anais (online). Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <[http://www.enapet.ufsc.br/anais/PET\\_A\\_genese\\_do\\_Programa\\_de\\_educacao\\_tutorial.pdf](http://www.enapet.ufsc.br/anais/PET_A_genese_do_Programa_de_educacao_tutorial.pdf)>. Acesso em: junho. 2019.

DIAS, A. M. I.; CÁCERES, E. N.; MARTINS, I. M. L.; GOUVEIA, S. T. **Estudo sobre os egressos do Programa de Educação Tutorial / PET 1979 – 2008**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2009. 120p.

DESSEN, M. A. **O Programa Especial de Treinamento – PET: evolução e perspectivas futuras**. Didática, v.30, p.27-43, 1995.

MARTIN, M. da G. M. **O programa de educação Tutorial: Formação ampla na graduação**. 2005. 96p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFP, Curitiba / PR.

MARTINS, I.L. **Educação tutorial no ensino presencial: uma análise sobre o PET**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet\\_texto\\_iv.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_texto_iv.pdf). Acesso em abril 2006.

Recebido em: 10/06/2019

Publicado em: 31/10/2019